



**HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO
ATENDIMENTO**

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

Fundação São Vicente de Paulo

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

Conteúdo

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações de resultados	4
Demonstrações de resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis	8



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

FUNDAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO
C.N.P.J. 16.936.346/0001-36

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>49.661.391,64</u>	<u>43.149.267,55</u>	<u>CIRCULANTE</u>		<u>49.528.770,83</u>	<u>42.725.964,20</u>
Caixa e Equivalente de Caixa (sem restrição)	4	352.335,34	10.382,40	Fornecedores de Bens e Serviços		85.133,02	31.839,57
Caixa e Equivalente de Caixa (com restrição)	4	26.922.505,86	27.194.567,49	Obrigações Trabalhistas		5.533.823,88	4.190.512,85
Créditos a Receber	5	21.767.062,98	15.617.565,02	Encargos Sociais		1.616.882,55	1.216.406,74
Estoques	6	166.215,40	308.694,93	Receitas Diferidas	9	219.558,12	130.003,00
Adiantamento a Terceiros		288,00	-	Impostos a Recolher		1.374.327,16	497.892,25
Impostos a Recuperar		23.611,39	18.057,71	Parcelamento Receita Federal		33.024,20	46.634,18
Adiantamento a Funcionários		429.372,67	-	Empréstimos de Terceiros		-	7.556,00
				Convênios a Realizar	10	39.926.118,14	36.296.654,06
				Receitas c/Aplicações de Convênios	10 (a)	739.153,76	308.465,55
				Adiantamentos		750,00	-
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>4.078.980,72</u>	<u>4.242.898,36</u>	<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>1.719.197,88</u>	<u>2.086.898,96</u>
Realizável a Longo Prazo		116.528,35	154.163,35	Receitas Diferidas	9	1.665.269,88	1.974.383,12
Depósitos Judiciais		62.600,35	41.647,51	Convênios a Realizar	10	53.928,00	112.515,84
Créditos a Receber	5	53.928,00	112.515,84				
Imobilizado	7	3.676.145,77	3.720.508,37	<u>PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO</u>		<u>2.492.403,65</u>	<u>2.579.302,75</u>
Intangível	8	286.306,60	368.226,64	Superávit ou Déficit Acumulado		16.690,04	67.519,06
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		2.467.378,61	2.503.448,69
				Outras Reservas		8.335,00	8.335,00
TOTAL DO ATIVO		53.740.372,36	47.392.165,91	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.740.372,36	47.392.165,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Caio Cesar Diniz Lima
CPF 014.286.946-50
Contador CRC/MG 098554/O-9

FUNDAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO
Felipe Massotte Truzzi Alves
CPF: 000.017.206-51
Presidente



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

FUNDAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO

C.N.P.J. 16.936.346/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
RECEITAS OPERACIONAIS		<u>101.356.238,57</u>	<u>91.503.767,99</u>
Sem Restrição		<u>629.811,44</u>	<u>159.927,53</u>
Contribuição e Doações Voluntárias	13	72.189,60	114.258,44
Receitas Financeiras	15	10.326,90	45.669,09
Rateio Convênios	13	476.779,43	-
SUS	13	58.585,29	-
Prestação de Serviço	13	11.930,22	-
Com Restrição		<u>100.726.427,13</u>	<u>91.343.840,46</u>
Subvenções	13	3.377.250,00	2.841.795,40
Convênios	13	96.829.344,01	88.502.045,06
Outras Receitas	13	519.833,12	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		<u>101.443.137,67</u>	<u>92.302.311,76</u>
Despesa c/funcionários	14	82.427.118,15	78.675.186,13
Encargos Sociais	14	7.826.265,17	6.873.330,29
Outras despesas	14	20.606,76	-
Operacionais	14	10.786.806,31	6.574.741,03
Despesas Financeiras	15	8.653,02	157.682,69
Despesas Tributárias	14	88.378,60	21.371,62
Provisão p/devedores duvidosos	14	285.309,66	-
RESULTADO BRUTO		<u>(86.899,10)</u>	<u>(798.543,77)</u>
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		<u>(86.899,10)</u>	<u>(798.543,77)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Caio Cesar Diniz Lima
CPF 014.286.946-50
Contador CRC/MG 098554/O-9

FUNDAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO
Felipe Massotte Truzzi Alves
CPF: 000.017.206-51
Presidente



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

FUNDAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO
C.N.P.J. 16.936.346/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		(86.899,10)	(798.543,77)
Outros resultados abrangentes		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		(86.899,10)	(798.543,77)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Caio Cesar Diniz Lima
CPF 014.286.946-50
Contador CRC/MG 098554/O-9

FUNDAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO
Felipe Massotte Truzzi Alves
CPF: 000.017.206-51
Presidente



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

FUNDAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO

C.N.P.J. 16.936.346/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em Reais

	PATRIMÔNIO SOCIAL	OUTRAS RESERVAS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT/ DÉFICIT	TOTAIS
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	-	8.335,00	2.539.848,65	829.662,87	3.377.846,52
Superávit/Déficit do Período				(798.543,77)	(798.543,77)
Ajustes de Avaliação Patrimonial			(36.399,96)	36.399,96	-
Recursos de Superávit com Restrição					-
Transferência de Superávit de Recursos sem Restrição					-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	-	8.335,00	2.503.448,69	67.519,06	2.579.302,75
Superávit/Déficit do Período				(86.899,10)	(86.899,10)
Ajustes de Avaliação Patrimonial			(36.070,08)	36.070,08	-
Recursos de Superávit com Restrição					-
Transferência de Superávit de Recursos sem Restrição					-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	-	8.335,00	2.467.378,61	16.690,04	2.492.403,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Caio Cesar Diniz Lima
CPF 014.286.946-50
Contador CRC/MG 098554/O-9

FUNDAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO
Felipe Massotte Truzzi Alves
CPF: 000.017.206-51
Presidente



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

FUNDAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO
C.N.P.J. 16.936.346/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em Reais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do Período	(86.899,10)	(798.543,77)
Ajustes por:		
(+) Depreciação e amortização	260.764,56	176.295,98
(+) Provisão p/ devedores duvidosos	285.309,66	-
(+) Retificação de erro de períodos anteriores	-	-
Superávit (Déficit) Ajustado	<u>459.175,12</u>	<u>(622.247,79)</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ATIVOS	(6.689.907,44)	(2.150.498,62)
Créditos a Receber	(6.376.219,78)	(2.223.167,73)
Clientes Nacionais	-	320,00
Depósitos Judiciais	(20.952,84)	(28.635,04)
Adiantamento a Terceiros	(288,00)	253,90
Impostos a Recuperar	(5.553,68)	(6.518,10)
Estoque	142.479,53	107.248,35
Adiantamento a Funcionários	(429.372,67)	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS	6.435.105,55	15.858.649,22
Fornecedores de Bens e Serviços	53.293,45	(159.681,28)
Obrigações Sociais, Trabalhistas e Previdenciárias	1.743.786,84	(22.069,74)
Convênios a Realizar	3.570.876,24	14.026.068,73
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	-	(46.996,00)
Imposto a Recolher	876.434,91	(124.530,32)
Receita Diferida	(219.558,12)	2.104.386,12
Parcelamento	(13.609,98)	45.515,48
Receita Aplicação Convênio	430.688,21	35.956,23
Empréstimo de Terceiros	(7.556,00)	-
Adiantamentos	750,00	-
(=) CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>204.373,23</u>	<u>13.085.902,81</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos em Bens do Ativo Imobilizado	(134.481,92)	(1.560.972,46)
Aumento do Intangível	-	(409.600,00)
(=) CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(134.481,92)</u>	<u>(1.970.572,46)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Outros Recebimentos por Financiamentos	-	-
(=) CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>-</u>	<u>-</u>
(=) AUMENTO LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	69.891,31	11.115.330,35
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4 27.204.949,89	16.089.619,54
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4 27.274.841,20	27.204.949,89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Caio Cesar Diniz Lima
CPF 014.286.946-50
Contador CRC/MG 098554/O-9

FUNDAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO
Felipe Massotte Truzzi Alves
CPF: 000.017.206-51
Presidente



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A **Fundação São Vicente de Paulo** ("Entidade") foi instituída pela escritura pública de 19 de março de 1974, na cidade de Paraopeba. É uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, possuidora das utilidades públicas municipal, estadual, federal e CEBAS, ela tem por objetivo a promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social e a manutenção parcial e integral, em caráter filantrópico e beneficente, do único hospital do Município de Paraopeba.

A Fundação é uma instituição de saúde e assistência social. Até pouco tempo, dedicava-se essencialmente à assistência hospitalar, mas vem ampliando seu campo de atuação na área de saúde integral indígena. Mantém convênio com a Prefeitura de Paraopeba/MG para viabilizar a execução de Serviços de Pronto atendimento Médico de Urgência e Emergência 24 horas e com o Ministério da Saúde para implementação de ações complementares em Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

1.1 Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Entidade conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamentos nos próximos exercícios.

A Entidade apresentou um déficit patrimonial de R\$ 86.899,10 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021e, nesta data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 132.620,81.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 (R1) - Instituição sem finalidade de lucro, aprovada pela resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2013, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC-TG 100 - Contabilidade para Pequenas e Médias Entidades, para os aspectos não abordados pela ITG - 2002 (R1).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Entidade em 20 de maio de 2022.

2.2 Revisão do plano de contas contábil

Em 2021 a Fundação realizou a revisão da estrutura do seu plano de contas, tendo em vista o aprimoramento da evidenciação contábil para fins de melhor entendimento para seus usuários tendo



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

os saldos readequados em grupamentos de contas sem que houvesse qualquer alteração na posição patrimonial e financeira. As principais contas movimentadas foram: (i) no Ativo, Bancos e Aplicações entre com e sem restrição; (ii) no Passivo, obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma for indicado.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e premissas, cujos critérios são revistos de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos às estimativas e às premissas incluem, o valor residual e a vida útil estimada do ativo imobilizado.

A Administração da Entidade não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

a. Apuração do Resultado

Adotado o regime de competência para o registro das receitas operacionais ocorridas no período, o que implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas no período em que efetivamente ocorrerem, independentemente de seu pagamento ou recebimento. Exceto quanto os recursos oriundos da administração de convênios cujo as contrapartidas das entradas dos recursos são contabilizados em Convênios a Realizar e são realizados na mesma proporção das despesas realizadas dos Convênios.

b. Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares.

c. Caixa e equivalente de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata vencíveis até 90 dias. As aplicações financeiras são avaliadas ao seu valor nominal dos títulos que as representam.



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

d. Créditos a Receber

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos e estão representados por convênios e emendas parlamentares, em contrapartida a conta de receitas com projetos da saúde (recursos sem restrição) e convênios a realizar (recursos com restrição). As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”), quando aplicável, são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando:

- (i) O conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações contábeis;
- (ii) Ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* em 31 de dezembro 2021.

e. Estoques

Os estoques de medicamentos, materiais cirúrgicos e outros materiais são avaliados pelo preço médio, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando baixados.

f. Depósito Judicial

Os depósitos judiciais referem-se a acordos trabalhistas celebrados na justiça de funcionários que trabalham nos convênios que a Fundação administra.

g. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e créditos a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

Créditos a receber

São recursos dos projetos em execução a serem recebidos no curto e longo prazo de acordo com os termos aditivos aos convênios e contratos.

(ii) ***Passivos financeiros não derivativos***

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: fornecedores.

h. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os *Terrenos e Edificações* foram avaliados em exercícios anteriores, ao preço de mercado a valor presente, cujas contrapartidas provenientes destes ajustes, estão refletidas no Patrimônio Social da Fundação como Ajustes de Avaliação Patrimonial.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, estas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Imóveis e edificações	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos e instrumentos de hardware	10 anos
Computadores e periféricos	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos e instrumentos cirúrgicos	10 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento do exercício financeiro, e eventuais ajustes serão reconhecidos prospectivamente no resultado do exercício. Contudo, em 2021 a Fundação não efetuou o levantamento patrimonial para fins de avaliação quanto a adequabilidade dos saldos contábeis apresentados a custo de aquisição, como também não procedeu com a revisão da vida útil daqueles bens, em razão da dificuldade de acesso a todos os ambientes do hospital tendo em vista a pandemia do COVID-19. Pretende-se que ao longo do ano de 2022 a Entidade efetue essa avaliação para fins de adequação às normas contábeis aplicáveis no Brasil.

i. Outras obrigações de curto e longo prazo (Passivo circulante e não circulante)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

No passivo não circulante consta as receitas antecipadas referente a convênios a realizar nos exercícios subsequentes.

j. Receitas operacionais

As receitas operacionais da Entidade em 2021 são:

Prestação de Serviço	11.930,22
Subvenção	3.596.808,12
Prefeitura Municipal de Paraopeba	3.377.250,00
Receita c/ Subvenção MPT	219.558,12
Contribuições e Doações Voluntárias	72.189,60
Doação Pessoa Física	2.039,60
Doação Pessoa Jurídica	31.487,00
Copasa – Solidariédagua	38.663,00
Receitas Financeiras	10.326,90
Rendimentos Financeiros	4.352,76
Descontos Obtidos	5.974,14
Receitas de Rateio Convênios	476.779,43
Emenda Parlamentar	300.275,00
Convênios	96.888.534,52
Saúde Indígena-Conv.878441-L.Roraima	48.229.171,36
Saúde Indígena-Conv.878439-A.R.Negro	29.262.469,90
Saúde Indígena-Conv.878443-Cuiaba	19.337.702,75
SUS-Sistema Único da Saúde	58.585,29

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem ganhos em aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem tarifas e despesas bancárias. As despesas e receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

I. Imunidade tributária

Em 10 de dezembro de 1997 foi sancionada a Lei nº 9.532, cujos principais aspectos de interesses da Entidade estão apresentados a seguir.

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem serviços para os quais tiverem sido instituídas e coloque a disposição do grupo de pessoas a que se destinem sem fins lucrativos.

A referida isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), não estando abrangidos pela isenção do imposto de renda, os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

As instituições isentas estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- (a) Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) Aplicar, integralmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- (c) Manter a escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- (e) Apresentar anualmente a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- (f) Recolher os tributos rendidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes; e
- (g) Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgãos públicos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, destine integralmente a manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Entidade atendia a todas as obrigações e requisitos apresentados descritos acima.

m. Isenção tributária

A Fundação São Vicente de Paulo é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 1o. da Lei No. 12.101/09, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características:

- (a) a Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- (b) a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida);
- (c) existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a Fundação São Vicente de Paulo é dispensada de pagar o tributo;
- (d) há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

A Fundação São Vicente de Paulo é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei No. 12.101/09.

Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

Benefícios usufruídos sobre a folha de pagamento pessoal:

PATRONAL: 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais.
RAT/SAT: 3%, TERCEIROS: 5,8%, COFINS: 3%

n. Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"

Em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. O grupo não espera impacto relevante.

- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"

Em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. O grupo não espera impacto relevante.

- Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"

Emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. O grupo não espera impacto relevante.

- Alterações ao IAS 1 (CPC 26(R1)): classificação de passivos como circulante e não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 - *Presentation of Financial Statements* (correlato ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

- Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

"IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Referência à Estrutura Conceitual (CPC 00(R2)), alterações à IFRS 3 (CPC 15(R1))

Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 3 - *Business Combinations* (correlato ao CPC 15(R1)), "Combinação de Negócios - Referência à Estrutura Conceitual". As alterações pretendem substituir uma referência à Estrutura Conceitual para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras, emitida em 1989, por uma referência à Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros emitida em março de 2018, sem alterar significativamente seus requisitos. O Conselho também adicionou uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 para evitar o risco de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo da IAS 37 (CPC 25) ou IFRIC 21 – Tributos (ICPC 19), se incorridas separadamente. Ao mesmo tempo, o Conselho decidiu esclarecer as orientações existentes na IFRS 3 (CPC 15(R1)) para ativos contingentes que não seriam afetados pela substituição da referência à Estrutura para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras. As alterações são aplicáveis para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e, embora não possuam impacto atual para a Sociedade e suas controladas, podem ser aplicáveis a novas combinações de negócios no futuro.

- IFRS 9 (CPC 48), Instrumentos Financeiros – Taxas no teste dos "10 por cento" para desreconhecimento de passivos financeiros

Como parte de seu processo de melhorias anuais de 2018-2020 às IFRS, o IASB emitiu uma alteração à IFRS 9 (CPC 48). A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. Uma entidade aplica a alteração aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no, ou após o, início do período de relatório anual em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. A alteração é aplicável para períodos de relatório anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Entidade.

A administração da Entidade está avaliando os efeitos da adoção das novas normas, mas não espera impactos relevantes nas suas demonstrações contábeis.



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa (sem restrição)	11.709,73	2.908,25
Bancos - conta movimento (sem restrição)	7.559,04	7.474,15
Bancos - conta movimento (com restrição)	103.849,76	402.368,63
Aplicações financeiras de liquidez imediata (com restrição)	26.818.656,10	26.792.198,86
Aplicações financeiras de liquidez imediata (sem restrição)	333.066,57	0,00
Total	27.274.841,20	27.204.949,89

As aplicações financeiras compreendem investimentos com risco insignificante de alteração de valor, de liquidez imediata e de uso como equivalente de caixa da Entidade, correspondentes a depósitos em renda fixa (público automático).

5 Créditos a receber

	2021	2020
Prefeitura de Iturama – MG	0,00	285.309,66
Ministério da Saúde – SUS	112.515,84	171.101,13
Emenda Parlamentar Estadual	0,00	0,00
Ministério da Saúde Conv.878441-LR	6.015.752,95	5.403.536,27
Ministério da Saúde Conv.878439-ARN	6.967.865,55	3.023.390,79
Ministério da Saúde Conv.878443-Cuiaba	8.724.856,64	6.846.743,01
Total	21.820.990,98	15.730.080,86
Circulante	21.767.062,98	15.617.565,02
Não Circulante	53.928,00	112.515,84

6 Estoques

	2021	2020
Material Hospitalar	85.858,80	174.779,14
Medicamentos Hospitalar	80.356,60	133.915,79
Total	166.215,40	308.694,93

7 Imobilizado

	2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imóveis e Edificações	803.505,59	(7.951,51)	795.554,08
Ajuste a Valor de Mercado - Edificações	901.752,90	(398.839,30)	502.913,60
Terrenos	17.670,87	0,00	17.670,87
Ajuste a Valor de Mercado –Terreno	1.556.174,49	0,00	1.556.174,49
Bicicletas	1.690,00	(168,96)	1.521,04
Motos	7.015,00	(6.671,66)	343,34



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

Móveis e Utensílios	216.802,77	(86.662,84)	130.139,93
Equipamentos e Instrumentos de Hardware	36.458,87	(34.468,06)	1.990,81
Equipamentos e Instrumentos Cirúrgicos	744.292,01	(340.579,12)	403.712,89
Máquinas e Equipamentos	427.074,45	(211.153,98)	215.920,47
Computadores e Periféricos	56.742,17	(9.580,60)	47.161,57
Móveis e Utens Conv-2729.2006 (com restrição)	7.752,00	(7.752,00)	0,00
Máquinas e Equip. – Secretaria (com restrição)	30.425,00	(27.382,32)	3.042,68
Máquinas e Equip. – Convênio(com restrição)	57.350,00	(57.350,00)	0,00
Total	4.864.706,12	(1.188.560,35)	3.676.145,77

	2020		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imóveis e Edificações	803.505,59	(7.951,51)	795.554,08
Ajuste a Valor de Mercado - Edificações	901.752,90	(330.633,34)	571.119,56
Terrenos	17.670,87	0,00	17.670,87
Ajuste a Valor de Mercado –Terreno	1.556.174,49	0,00	1.556.174,49
Bicicletas	1.690,00	0,00	1.690,00
Motos	7.015,00	(6.246,62)	768,38
Móveis e Utensílios	214.732,77	(67.500,63)	147.232,14
Equipamentos e Instrumentos de Hardware	36.458,87	(33.667,30)	2.791,57
Equipamentos e Instrumentos Cirúrgicos	714.816,53	(288.893,88)	425.922,65
Máquinas e Equipamentos	324.138,01	(188.374,81)	135.763,20
Computadores e Periféricos	56.742,17	(3.906,28)	52.835,89
Móveis e Utens Conv-2729.2006 (com restrição)	7.752,00	(5.424,97)	2.327,03
Máquinas e Equip. – Secretaria (com restrição)	30.425,00	(24.339,84)	6.085,16
Máquinas e Equip. – Convênio(com restrição)	57.350,00	(52.776,65)	4.573,35
Total	4.730.224,20	(1.009.715,83)	3.720.508,37

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2021
Imóveis e Edificações	803.505,59	0,00	0,00	803.505,59
Ajuste a Valor de Mercado - Edificações	901.752,90	0,00	0,00	901.752,90
Terrenos	17.670,87	0,00	0,00	17.670,87
Ajuste a Valor de Mercado – Terreno	1.556.174,49	0,00	0,00	1.556.174,49
Bicicletas	1.690,00	0,00	0,00	1.690,00
Motos	7.015,00	0,00	0,00	7.015,00
Móveis e Utensílios	214.732,77	2.070,00	0,00	216.802,77
Equipamentos e Instrumentos de Hardware	36.458,87	0,00	0,00	36.458,87
Equipamentos e Instrumentos Cirúrgicos	714.816,53	29.475,48	0,00	744.292,01
Máquinas e Equipamentos	324.138,01	102.936,44	0,00	427.074,45
Computadores e Periféricos	56.742,17	0,00	0,00	56.742,17
Móveis e Utens Conv-2729.2006 (com restrição)	7.752,00	0,00	0,00	7.752,00
Máquinas e Equip. – Secretaria (com restrição)	30.425,00	0,00	0,00	30.425,00
Máquinas e Equip. – Convênio(com restrição)	57.350,00	0,00	0,00	57.350,00
Total do custo	4.730.224,20	134.481,92	0,00	4.864.706,12
Depreciação acumulada				
Equip.Hardware	(33.667,30)	(800,76)	0,00	(34.468,06)
Móveis e Utensílios	(67.500,63)	(19.162,21)	0,00	(86.662,84)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2021
Máquinas e Equipamentos	(188.374,81)	(22.779,17)	0,00	(211.153,98)
Instrumentos	(288.893,88)	(51.685,24)	0,00	(340.579,12)
Motos	(6.246,62)	(425,04)	0,00	(6.671,66)
Bicicletas	0,00	(168,96)	0,00	(168,96)
Computadores e periféricos	(3.906,28)	(5.674,32)	0,00	(9.580,60)
Imoveis e Edificações	(338.584,85)	(68.205,96)	0,00	(406.790,81)
Móveis e Utens Conv-2729.2006 (com restrição)	(5.424,97)	(2.327,03)	0,00	(7.752,00)
Máquinas e Equip. – Secretaria (com restrição)	(24.339,84)	(3.042,48)	0,00	(27.382,32)
Máquinas e Equip. – Convênio(com restrição)	(52.776,65)	(4.573,35)	0,00	(57.350,00)
Total da depreciação acumulada	(1.009.715,83)	(178.844,52)	0,00	(1.188.560,35)
Saldos líquidos	<u>3.720.508,37</u>	<u>(44.362,60)</u>	<u>0,00</u>	<u>3.676.145,77</u>

As adições no imobilizado detalhadas acima referem-se ao custo de aquisição de móveis e utensílios, equipamentos e instrumentos cirúrgicos, e máquinas e equipamentos, voltado única e exclusivamente para o desempenho das atividades objeto da Entidade.

8 Intangível

	2021		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Direitos de Uso de Softwares (vida útil 5 anos)	<u>368.226,64</u>	<u>(81.920,04)</u>	<u>286.306,60</u>
Total	<u>368.226,64</u>	<u>(81.920,04)</u>	<u>286.306,60</u>

O intangível apresenta a seguinte movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2021
Custo				
Direitos de Uso de Softwares	409.600,00	0,00	0,00	409.600,00
Total do Custo	<u>409.600,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>409.600,00</u>
Amortização acumulada				
Direitos de Uso de Softwares	(41.373,36)	(81.920,04)	0,00	(123.293,40)
Total da amortização acumulada	<u>(41.373,36)</u>	<u>(81.920,04)</u>	<u>0,00</u>	<u>(123.293,40)</u>
Saldos líquidos	<u>368.226,64</u>	<u>(81.920,04)</u>	<u>0,00</u>	<u>286.306,60</u>

9 Receitas diferidas

A Entidade recebeu em 2020 recurso de R\$ 3.000.000,00 do Projeto MPT (COVID-19), para os quais 60% foi aplicado em investimentos (imobilizado, intangível e estoques). Como a receita desse recurso é reconhecida no resultado à medida da realização do investimento, o saldo é formado pelas parcelas a serem realizadas no curto e longo prazo (diferimento).



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

O saldo da conta apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Ministério Público do Trabalho (receitas diferidas)	1.884.828,00	2.104.386,12
Total	1.884.828,00	2.104.386,12
Circulante	219.558,12	130.003,00
Não Circulante	1.665.269,88	1.974.383,12

10 Convênios a realizar (Recursos de projetos em execução)

A Entidade celebrou em 2021 Aditivo dos Convênios nº 878441, 878443 e 878439 no valor total de R\$ 100.935.584,97 com o Ministério da Saúde - SESAI.

Em 2021, houve o reconhecimento da receita de execução pelo regime de competência no valor de R\$ 96.829.344,01, que corresponde ao valor do custo operacional do projeto de R\$ 96.829.344,01, restando o valor de R\$ 39.867.530,30 referente a recursos de convênio a realizar e de rendimentos disponíveis em conta corrente bancária específica do projeto, assim como reflexo em contas de direitos e obrigações vinculadas aos convênios.

O saldo da conta apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Ministério da Saúde – SUS	112.515,84	171.101,13
Ministério da Saúde Conv.878441-LR	15.370.402,50	15.648.324,36
Ministério da Saúde Conv.878439-ARN	11.786.180,53	10.990.993,71
Ministério da Saúde Conv.878443-Cuiaba	12.710.947,27	9.598.750,70
Total	39.980.046,14	36.409.169,90
Circulante	39.926.118,14	36.296.654,06
Não Circulante	53.928,00	112.515,84

(a) Os recursos dos convênios aplicados têm seus rendimentos mantidos em contas específicas, para fins de controle, onde ao final do projeto os mesmos serão devolvidos ao Ministério da Saúde, caso não haja autorização para a sua utilização. Os saldos de cada projeto estão descritos a seguir:

	2021	2020
Ministério da Saúde Conv.878441-LR	273.088,89	150.521,42
Ministério da Saúde Conv.878439-ARN	224.107,30	79.959,77
Ministério da Saúde Conv.878443-Cuiaba	241.957,57	77.984,36
Total	739.153,76	308.465,55

11 Subvenções e/ou convênios públicos

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Fundação São Vicente de Paulo presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Fundação São Vicente de Paulo e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais a entidade atendeu a Resolução Nº 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade/CFC que aprovou a NBC TG 07-Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

Fundação São Vicente de Paulo recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções e convênios do Poder Público Federal, Estadual e Municipal:

	2021	2020
Subvenção Municipal	3.377.250,00	1.954.520,00
Convênio Federal	94.500.779,90	99.458.990,49
Projeto MPT	0,00	3.000.000,00
Sistema Único de Saúde –SUS	58.585,29	58.585,29
	<u>97.936.615,19</u>	<u>104.472.095,78</u>

12 Patrimônio social

Patrimônio social

O patrimônio social é integralmente constituído por valores relativos a doações especiais necessárias para constituições e manutenção da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2021 o patrimônio social da Entidade totaliza R\$ 2.492.403,65 (R\$ 2.579.302,75 em 2020).

Resultado acumulado

O resultado do exercício (déficit) findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ (86.899,10), tendo sido absorvido pelo patrimônio social da Entidade, totalizando assim R\$ 16.690,04 em 31 de dezembro de 2021, após a realização do ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 36.070,08.

Destaca-se que o resultado negativo auferido em 2021 foi oriundo do reconhecimento da provisão de devedores duvidosos referente à Prefeitura Municipal de Iturama/MG.

A Entidade possui uma folga de caixa operacional em 2021 na ordem de R\$ 204.373,23, e um aumento de caixa líquido de R\$ 69.891,31, conforme pode-se verificar na Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC.

13 Receitas

	2021	2020
Subvenção - Prefeitura Municipal de Paraopeba	3.377.250,00	1.946.181,52
Outras Receitas - Subvenção – MPT	219.558,12	895.613,88
Outras Receitas - Emenda Parlamentar Estadual	300.275,00	0,00
Doação Pessoa Física	2.039,60	8.919,64
Doação Pessoa Jurídica	31.487,00	66.237,80
Doação Copasa – Solideriedagua	38.663,00	39.101,00
Convênios - Ministério da Saúde Conv.878441-LR	48.229.171,36	45.459.107,16
Convênios - Ministério da Saúde Conv.878439-ARN	29.262.469,90	25.334.250,28
Convênios - Ministério da Saúde Conv.878443-Cuiabá	19.337.702,75	17.649.732,05
SUS – Sistema Único de Saúde	58.585,29	58.585,29
Serviço - Instituto de Prev.Serv.Militares de MG	365,22	290,28



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

	2021	2020
Serviço - Promed Assistência Médica	240,00	80,00
Serviço – Pessoa Física	11.325,00	0,00
Receita Rateio Convênios	476.779,43	0,00
Total	101.345.911,67	91.458.098,90

14 Custos e despesas por natureza

	2021	2020
Despesa c/funcionários	82.427.118,15	78.675.186,13
Encargos Sociais	7.826.265,17	6.873.330,29
Outras despesas	20.606,76	0,00
Operacionais	10.786.806,31	6.574.741,03
Despesas Tributárias	88.378,60	21.371,62
Provisão p/devedores duvidosos	285.309,66	0,00
	101.434.484,65	92.144.629,07

15 Receitas (despesas) financeiras

	2021	2020
Receita com rendimentos de aplicações	4.352,76	18.691,91
Descontos obtidos	5.974,14	26.108,59
Eventuais	0,00	868,59
Total de receitas financeiras	10.326,90	45.669,09
Juros	5.047,13	125.475,56
Despesas bancárias	3.582,27	3.895,85
Multa	22,55	28.311,28
Descontos concedidos	1,07	0,00
Total de despesas financeiras	8.653,02	157.682,69
Resultado financeiro	1.673,88	(112.013,60)

16 Provisão para contingências

Por não haver ações em curso, a Administração com base em informações de seus assessores jurídicos, entende que não existe a necessidade de constituir provisão para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias.

17 Gratuidades

No ano de 2021 a entidade realizou 40.197 (Quarenta mil cento e noventa sete) atendimentos através do Sistema Único de Saúde – SUS que corresponde a 100% dos atendimentos.

18 Trabalho voluntário

Em 31 de dezembro de 2021, conforme determina a ITG 2002(R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável às entidades sem fins lucrativos, não foi identificada a realização de trabalhos voluntários por parte dos membros integrantes dos órgãos da administração da Entidade. Diante disso, não há a necessidade de reconhecer o valor justo da prestação do serviço.



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – PRONTO ATENDIMENTO

Fundação São Vicente de Paulo – Órgão Mantenedor
CNPJ: 16.936.346/0001-36

19 Instrumentos Financeiros

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Essa nota apresenta informações sobre a exposição ao risco supramencionado e aos objetivos da Entidade.

Instrumentos financeiros por categoria

Ativos	2021	2020
Caixa	11.709,73	2.908,25
Bancos - conta movimento (sem restrição)	7.559,04	7.474,15
Bancos - conta movimento (com restrição)	103.849,76	402.368,63
Aplicações financeiras de liquidez imediata (com restrição)	26.818.656,10	26.792.198,86
Aplicações financeiras de liquidez imediata (sem restrição)	333.066,57	0,00
Créditos a receber	21.767.062,98	15.617.565,02
Passivos	2021	2020
Fornecedores	85.133,02	31.839,57

Riscos de crédito

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, a Entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Em relação às aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, a Entidade somente realiza aplicações em instituições de primeira linha.

20 Seguros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Entidade não contratou seguros para o seu ativo imobilizado, apenas de vida para seus funcionários.

21 Eventos subsequentes

No período compreendido da data do encerramento do exercício social até a data de divulgação das demonstrações contábeis e emissão da opinião do auditor independente, não foi identificado nenhuma situação relevante que possa modificar a posição patrimonial e financeira, e os resultados das operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Paraopeba – MG, 31 de dezembro de 2021

FUNDAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO
Felipe Massotte Truzzi Alves
Presidente

Caio Cesar Diniz Lima
CPF 014.286.946-50
Contador CRC/MG 098554/O-9